

Diretoria eleita para o biênio 2014-2015 se aproxima do Associado e amplia atuação institucional

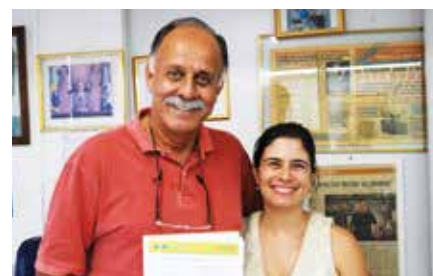
Conselho diretor vem trabalhando pela aprovação de projetos de interesse da Categoria reunindo-se com representantes do Executivo e do Legislativo



Foto: Bruno Itan

Regis Fichtner, Luiz Fernando Pezão, Sérgio Cabral, Maria Carmen de Sá e Luiz Inácio Araripe Marinho no Palácio Guanabara

Diretora de Assuntos Legislativos da ADPERJ, Vívian Baptista Gonçalves, foi recebida pelos Presidentes da ALERJ, Paulo Melo, e da Frente Parlamentar em Defesa e Fortalecimento da Defensoria Pública da Assembleia Legislativa, Paulo Ramos, para tratar de projetos importantes para a Classe



• PÁGINAS 3 E 4 •

Artigo do Defensor Leandro Moretti

Relator do regulamento do concurso para a classe inicial da Defensoria comenta mudanças no certame e perfil ideal do Defensor

• PÁGINA 5 •

Entrevista com Cláudio Nascimento

Superintendente da SEASDH apresenta Plano Estadual de combate à intolerância religiosa que teve auxílio de Defensores Públicos

• PÁGINA 6 •

Com a palavra, o Defensor

Defensora Eufrásia Maria das Virgens narra episódio que comprova a importância da atuação da Defensoria Pública para crianças e adolescentes

• PÁGINA 7 •



ADPERJ ainda mais próxima do Defensor

Caro Associado,

Assumimos a ADPERJ em janeiro e nos deparamos de imediato com necessidades prementes dos Defensores, que demandavam nossa intervenção para frear condutas da administração atentatórias à dignidade no órgão de atuação.

Durante toda a campanha nos comprometemos a estar do lado do Associado sempre que ele precisasse e começamos mostrando que isso é possível sem qualquer politização. Ninguém mais aguenta a velha fórmula ADPERJ x Administração, e por isso decidimos agir como interlocutor do colega perante a Chefia, não apenas fazendo críticas, mas buscando soluções.

O próximo passo é interiorizar a atuação da Associação e nos meses de março e abril nossa agenda contemplará pelo menos duas visitas – ao Norte e Sul do Estado. Pretendemos mapear as condições de atendimento no Estado, na tentativa de contribuir na resolução dos mais variados problemas enfrentados pelo Associado. A ADPERJ, sem nenhuma demagogia, tem

de estar “onde o povo está”, pois só chegamos aqui com o voto de cada um de vocês. Todos são importantes na construção e manutenção do vínculo associativo. Por isso, esperamos contar com a ajuda de todos, comparecendo aos eventos – mormente àqueles que serão realizados pelos 60 anos de nossa Instituição – e também por meio de sugestões e críticas para que possamos fazer nesta gestão o melhor para a nossa Categoria. Deixo à disposição o meu e-mail (presidencia@adperj.com.br) para que possamos construir esse canal de comunicação.

No plano interinstitucional, começamos procurando a AMPERJ para entender como funcionam outras Associações e como aprimorar nossos serviços. Estreitamos nossos laços com a ALERJ, sendo recebidos pelos Presidentes da Casa e da Frente Parlamentar. No âmbito nacional, acompanhamos a votação da PEC das Comarcas, marco para a Defensoria Pública em todo país e pontapé inicial para que alcancemos o patamar das outras carreiras jurídicas.

Atuamos com pioneirismo ao sermos recebidos pelo Governador Sérgio Cabral Filho,

levando nosso pleito de envio ao Legislativo dos projetos de interesse da Instituição, pois de nada adianta estarmos afinados com a ALERJ se os projetos não chegarem até a Casa Legis-

ADPERJ a fim de aperfeiçoar nosso atendimento. A ideia é que os funcionários tenham autonomia para processar as reclamações que chegarem e darem o primeiro encaminhamento, tranquilizando o Associado e esclarecendo quais as providências iniciais a serem tomadas. A ADPERJ precisa se profissionalizar, funcionando de forma mais eficiente para enfrentar os desafios colocados já no início da gestão.

Esperamos que nossas ações possam atrair cada vez mais Associados, fortalecendo a Associação. A ADPERJ é um dos pilares que compõem a Defensoria Pública em nosso Estado e neste momento apenas nossa união pode demonstrar que a Instituição é nossa e não de quem ocupa temporariamente a Chefia. Iremos juntos com você até o fim de nosso mandato, apontando erros, cobrando acertos e refletindo sobre as críticas que nos sejam feitas, pois ninguém é imune a elas. Só assim teremos a Defensoria que merecemos.

Um grande abraço,
Maria Carmen de Sá,
Presidente

“Pretendemos mapear as condições de atendimento no Estado, na tentativa de contribuir na resolução dos mais variados problemas enfrentados pelo Associado”

lativa. O ano é curto, por causa da Copa e das eleições, e estamos trabalhando contra o relógio pelos interesses classistas sem qualquer acanhamento.

Internamente, estamos investindo para modernizar a

Expediente

Jornal do Defensor - Boletim Informativo da Associação dos Defensores Públicos do Estado do Rio de Janeiro

Edição nº 1 | Jan - Fev 2014

DIRETORIA

Diretora Presidente
Maria Carmen de Sá

Diretor 1º Vice-Presidente
Denis de Oliveira Praça

Diretor 2º Vice-Presidente
Raul Portugal

Diretor 1º Secretário
Daniel Lozoya

Diretor 2º Secretário
Rodrigo Câmara Ferraz

Diretora 1ª Tesoureira
Renata Bifano

Diretora 2ª Tesoureira
Elaine Fernandez

Diretor de Assuntos Previdenciários
Maria Júlia Miranda B. da Rocha

Diretora Social
Gabriela Varsano Cherém

Diretora de Eventos e Cerimonial
Marília Farias

Diretor de Assuntos do Interior
Cristian Barcelos

Diretora de Assuntos Legislativos
Vívian Baptista Gonçalves

Diretora de Assuntos Institucionais e Culturais
Paloma Lamego

CONSELHO CONSULTIVO

Américo Luiz Diogo Grilo
Ana Rita Vieira de Albuquerque
Arlanza Maria Rodrigues Rebello
Carlos Alberto Amaral Dourado
Oswaldo Deleuze Raymundo

CONSELHO FISCAL

Juliana Ianakiewa Naliato
Miriam Ghita Salmon
Maria Matilde Alonso Ciorciari
Cramer

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Janaína Soares - MTB 27405/RJ

CONTEÚDO

Vitalh Comunicação Integrada

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Cyan Design Estratégico
Tiragem: 1.100 exemplares

ADPERJ

Rua do Carmo, nº 7, 16º andar,
Centro - Rio de Janeiro

CEP: 20011-020

Telefone: 2220-6022

jornaldodefensor@adperj.com.br

www.adperj.com.br

Presidente da ADPERJ é recebida pelo Governador

Maria Carmen de Sá entrega ofício solicitando o envio de projetos de interesse da carreira à ALERJ

Foto: Bruno Itan



Sérgio Cabral lê ofício entregue pela Presidente da ADPERJ

No dia 17 de fevereiro, o Governador Sérgio Cabral recebeu a Presidente da ADPERJ, Maria Carmen de Sá, no Palácio Guanabara. Na ocasião, a Presidente entregou ofício solicitando o envio à ALERJ de projetos que propõem melhorias para a carreira de Defensor Público no Estado. No documento constam: a adequação da Lei Complementar 06/77 à Lei 132/09, que contém a indenização pela renúncia de licença-prêmio; a remuneração das férias não gozadas pelo valor integral dos vencimentos e o aumento do estípite dos membros da Defensoria Pública.

O encontro, concretizado devido a esforços da ADPERJ e do Defensor Público Luiz Inácio Araripe Marinho, contou ainda com a presença do vice-governador, Luiz Fernando Pezão, do secretário da Casa Civil, Regis Fichtner, e do chefe de gabinete da Casa Civil, Leonardo Espíndola. ●

PEC 247/2013

Representantes da ADPERJ reúnem-se com deputados federais e estaduais

Entre as pautas estão recomposição salarial dos Defensores Públicos e aprovação da PEC 247

No mês de fevereiro, a ADPERJ participou de diversos encontros com representantes do Poder Legislativo para discutir pautas que irão proporcionar melhorias nas condições de trabalho dos Defensores Públicos.

ALERJ

No dia 10, a diretora de Assuntos Legislativos da Associação, Vívian Baptista Gonçalves, foi recebida pelos Presidentes da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Paulo Melo (PMDB), e da Frente Parlamentar em Defesa e Fortalecimento da Defensoria Pública da ALERJ, Deputado Paulo Ramos (PSOL).

Foram entregues aos deputados cópia de três ofícios encaminhados pela Associação à Casa Civil solicitando o envio de projetos de interesse da categoria para a ALERJ. Os documentos tratam da adequação da Lei Complementar Estadual nº 06/77 à Lei Complementar Federal nº 132/09, da indenização integral das férias não usufruídas e da recomposição salarial dos Defensores Públicos Estaduais. Esses encontros têm como objetivo assegurar que matérias imprescindíveis para a Classe tenham o devido tratamento pela ALERJ.



Associação participou de reuniões com deputados federais em Brasília pela aprovação da PEC 247

PEC 247

A Associação também participou de uma intensa mobilização em Brasília para sensibilizar os deputados federais quanto à aprovação da PEC 247/2013, que determina a existência de pelo menos um Defensor Público em cada unidade jurisdicional em um prazo de oito anos.

Nos dias 11 e 12 de fevereiro, a diretora de Assuntos Legislativos da ADPERJ e representantes da ANADEP e das Associações de Defensores Públicos dos estados reuniram-se com deputados federais para tratar da votação da chamada PEC das Comarcas. Já nos dias 18 e 19 de

fevereiro, foi a vez de Maria Carmen de Sá dar continuidade ao pedido de apoio aos parlamentares. A Presidente da ADPERJ acompanhou também a votação em primeiro turno da Proposta (no dia 19), que obteve 392 votos a favor e duas abstenções.

Avotação em segundo turno foi agendada para o dia 12 de março, obedecendo o prazo de cinco sessões de interstício, conforme o regimento da Casa. Para incentivar o comparecimento dos Defensores Públicos fluminenses ao segundo turno na Câmara dos Deputados, em Brasília, a ADPERJ sorteou dez passagens aéreas de ida e volta e hospedagem entre os Associados. ●

ADPERJ inova em atuação no Conselho Superior

Reuniões prévias com Classistas permitem atuação integrada

Com o objetivo de proporcionar uma atuação uniforme nas sessões do Conselho Superior, a ADPERJ inovou e a Presidente da Associação, Maria Carmen de Sá, está se reunindo com os Conselheiros Classistas previamente às sessões desde o início do ano. O objetivo é traçar a melhor estratégia para os assuntos de interesse da Classe durante as reuniões do Colegiado.

Com isso, a atuação classista tem sido mais uniforme, como no adiamento da mudança das Varas Criminais, na modificação da forma de seleção da banca do XXV concurso para ingresso na classe inicial da carreira da Defensoria Pública e na ampliação do prazo para recebimento de currículos dos interessados em compor a banca.

“A ADPERJ vem sendo interlocutora dos colegas, apresentando pleitos dos Associados ao Conselho, e conseguindo que os mesmos sejam ouvidos. Além disso, as reuniões prévias permitem o amadurecimento dos Classistas sobre os assuntos que estão na pauta e uma melhor tomada de decisão por todos”, afirma Maria Carmen de Sá.

Adiamento da mudança das Varas Criminais

Atendendo pedido dos colegas em exercício nas Varas Criminais da Comarca da Capital, a Presidente da ADPERJ solicitou ao Conselho que recomendasse o adiamento da mudança das Varas para o novo prédio, localizado na Rua Sete de Setembro e que ainda não se encontrava pronto.

A Chefia, após ouvir o pleito da Entidade de Classe e as ponderações dos Classistas, concordou em adiar a mudança, posteriormente concluindo a reforma, ante a pressão exercida pela Associação, que demonstrou que o prédio ainda não se encontrava devidamente finalizado.

Banca examinadora

Em outro exemplo de atuação consonante entre os Conselheiros e a ADPERJ, em sessão do dia 10 de fevereiro, foi aprovado pelo Conselho Superior mudança na forma de seleção dos examinadores do XXV concurso para ingresso na classe inicial da carreira da Defensoria Pública. Pela primeira vez foi estabelecido que os integrantes fossem escolhidos democraticamente, sob a forma de análise curricular, e não por indicação pela Coordenação do Concurso.

Já no dia 27 de fevereiro o Conselho decidiu por maioria dos votos (7 a favor e 3

contra) prorrogar para até 20 de março o recebimento dos currículos dos examinadores, já que os prazos estabelecidos pelo Colegiado para a publicação dos editais não haviam sido cumpridos pela Chefia.

Reidentificação de órgãos

Após publicação da Resolução DPGE 713/2014, que renomeou três Varas de Fazenda da Comarca da Capital, a ADPERJ apresentou questionamento ao Conselho Superior sobre a legalidade da medida e possíveis mudanças nas atribuições desses órgãos, na sessão de 31 de janeiro.

Como o requerimento ainda não havia sido pautado em 27 de fevereiro, a Presidente da ADPERJ tornou público o requerimento dos colegas em exercício nas Varas de Fazenda para que o Colegiado fixasse a atribuição dos órgãos reidentificados e mantivesse as atribuições anteriores até que as novas funções fossem decididas pelo Conselho. ●



Maria Carmen de Sá faz uso da palavra durante sessão do Conselho no dia 27 de fevereiro

Infraestrutura

Vistoria da ADPERJ constatou problemas em novas instalações das Varas Criminais da Capital

Local apresentava estrutura de trabalho inadequada para Defensores



Imagem registrada durante vistoria da ADPERJ no dia 3 de fevereiro

Após vistoria realizada pela Presidente da ADPERJ, no dia 3 de fevereiro, no novo endereço das Varas Criminais da Comarca da Capital – na Rua Sete de Setembro, 32, 2º e 4º andares –, que constatou falta de estrutura adequada para o atendimento dos Defensores ao público, alguns problemas foram solucionados pela Administração Central. Entretanto, até o fechamento desta edição, o local ainda não contava com funcionário para o serviço de protocolo de processos.

No dia da vistoria, Maria Carmen de Sá presenciou Defensores sem informações sobre seu respectivo local de trabalho, salas sem mobiliário, falta de limpeza após a reforma, banheiros com problemas de vazamento e falta de estrutura, além de assistidos sem a devida orientação, pois não havia recepcionistas.

A ADPERJ continuará do lado dos colegas se outros problemas surgirem ou se não for resolvida a questão relativa ao quadro de funcionários do local, que precisa ser incrementado, em razão da saída do prédio do Fórum. ●



O modelo de Defensor pós-Lei 132 e o concurso para a Defensoria Pública

Por Leandro Moretti, Relator do regulamento do XXV concurso para ingresso na classe inicial da carreira da Defensoria Pública

Como Relator do processo do regulamento para o concurso de Defensor Público perante o Conselho Superior, deparei-me com os seguintes questionamentos: de que Defensor a sociedade atualmente precisa? Qual o modelo de profissional que os novos tempos exigem? Para resumir em uma ideia: qual Defensor Público a Lei 132 idealizou?

Não seria possível decidir acerca do melhor modelo de regulamento para o concurso de ingresso na Defensoria Pública sem responder a tais questões, já que a pressão de que aprovássemos modelo idêntico ao que sempre existiu era grande e, para mudar, tínhamos que ter um norte.

“O Defensor hoje é agente de transformação social e garantidor de direitos humanos e, assim, o profissional a ser selecionado para ingressar na Instituição não pode ser um mero repetidor de doutrina, estudante profissional ou expert em ‘decoreba’”

O norte escolhido foi justamente a nova feição dada à Defensoria pelas modificações trazidas em nossa Lei Orgânica pela Lei 132/09. Após a mudança, o Defensor Público não é mais um mero “advogado de pobre”, como somos chamados sempre que queremos diminuir nossa atuação. O Defensor hoje é agente de transformação social e garantidor de direitos humanos e, assim, o profissional a ser selecionado para ingressar na Instituição não pode ser um mero repetidor de doutrina, estudante profissional ou expert em “decoreba”.

Precisamos de Defensores capazes de encontrar a melhor saída para o assistido mesmo sob pressão. Alguém que seja capaz de analisar as questões que lhes são colocadas de forma abrangente, procurando a defesa mais adequada sem acirrar ainda mais os conflitos, o que é primordial no plano coletivo de atuação, em que somos chamados a dialogar com diversos setores antes de decidir pela judicialização ou não da demanda. Defensores que tenham atuação proativa, exercendo seu múnus fora do local de trabalho, se necessário, como ocorre com os Núcleos Especializados, que muitas vezes saem em campo para garantir o direito das partes atendidas pela Defensoria Pública.

Por isso, incluímos matérias que até então não estavam no programa, como Infância e Juventude, Tributário, Direitos Humanos, Execução Penal, Direito do Consumidor e Tutela Coletiva. Novos tempos

necessitam de novas disciplinas, antes consideradas pouco importantes, mas que agora despontam como desafio na atuação do Defensor. No caso específico da Infância, desde 1988 o Legislador Constituinte determinou que o Estado tratasse da matéria com prioridade absoluta e isso nunca foi aplicado em nosso concurso.

“Incluímos matérias que até então não estavam no programa, como Infância e Juventude, Tributário, Direitos Humanos, Execução Penal, Direito do Consumidor e Tutela Coletiva. Novos tempos necessitam de novas disciplinas”

Da mesma forma, para termos um profissional mais adequado à nova dinâmica processual, alteramos a sistemática da prova oral, que passa a ser uma prova de sustentação oral, na qual será demandado do candidato que elabore contestação ou alegações finais orais, o que é muito mais consentâneo com o princípio da orali-

dade, reforçado nas reformas do Código de Processo Civil e Penal. A prova oral continuará sendo eliminatória, mas agora muito mais apropriada ao perfil de profissional de que precisa a Instituição.

Por fim, alteramos ainda a forma de acesso às bancas examinadoras. A Classe sempre quis entender os critérios de escolha da banca, que de praxe era escolhida por indicação da Chefia. A Defensoria Pública do Rio de Janeiro hoje anseia por liberdade dentro de sua Instituição e, deste modo, decidimos democratizar o acesso à condição de examinador. Não se trata, claro, de desmerecer os colegas anteriormente escolhidos, mas apenas possibilitar o acesso de todos e a escolha segundo critérios que fossem do conhecimento de toda a Categoria. Assim, decidiu-se por um modelo no qual qualquer interessado pudesse enviar seu currículo para ser analisado pelo Conselho, e não apenas pelo Defensor Geral ou pelo 2º Subdefensor Geral. Aqui o norte foi o princípio democrático, que nunca deve ser esquecido e que sempre fortalece qualquer processo seletivo.

Espero que este concurso seja um marco em nossa carreira, e sinto-me recompensado em ter podido participar deste processo de aprimoramento de nossa Instituição, certo de que o exame deve ser constantemente melhorado, com vistas a aproximar cada vez mais o Defensor Público do ideal traçado pela Lei Complementar nº 132. ●

Defensores Públicos participam da elaboração do Plano de combate à intolerância religiosa

Cláudio Nascimento defende a laicidade do Estado e quer que o Plano seja transformado em lei



Cláudio Nascimento com integrantes da equipe que elaborou o Plano

Iniciativa da Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, o Plano Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos do Rio de Janeiro tem entre suas metas assegurar a liberdade de culto, crença e expressão religiosa. Nesta entrevista ao JORNAL DO DEFENSOR, o Superintendente do órgão, Cláudio Nascimento, fala sobre a contribuição na elaboração do documento das Defensoras Públicas, indicadas pela ADPERJ, Glauce Franco e Patrícia Magno, e informa que após a consulta pública, a intenção é que o Plano seja transformado em decreto estadual.

Jornal do Defensor - O que motivou a criação do Plano Estadual de Promoção da Liberdade Religiosa e Direitos Humanos do Rio de Janeiro?

Cláudio Nascimento - Percebemos no trabalho que já desenvolvemos na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos que há muitas demandas da população e de vários segmentos religiosos acerca da liberdade religiosa, intolerância e discriminação. Esse é um tema no qual trabalhamos desde 2007, quando criamos na Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos uma assessoria para atenção e orientação em torno do enfrentamento da intolerância religiosa. Detectamos problemas desde a discriminação contra a instituição religiosa até contra indivíduos que possuem orientação religiosa diversa do grupo majoritário. Notamos que era necessário criar um espaço oficial onde as entidades que lidavam com enfrentamento da intolerância pudessem se articular com o Estado de forma institucionalizada. Em 2011, criamos um grupo de trabalho de enfrentamento da intolerância religiosa para articular, elaborar e acompanhar as políticas públicas voltadas para esse tema. Sou contra o ensino religioso nas escolas porque acredito que ele deve ser oferecido nas instituições religiosas das quais as pessoas fazem parte para garantir a independência do Estado. Se houver uma lei nesse sentido, que seja para todos. O papel do Estado é de mediação. A laicidade do Estado é

para mim o único meio de garantir uma prática sustentável de respeito mútuo entre as religiões. Nesse contexto, nasce a Política Pública de Enfrentamento da Intolerância Religiosa no Rio de Janeiro.

JD - Que ações já foram realizadas pela Superintendência?

CN - Em 2009, realizamos um seminário, em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, com representantes de diversos credos e estudiosos da religião. Foi uma ampla discussão para definir as diretrizes da Secretaria. Uma delas foi a criação de um grupo permanente de enfrentamento à intolerância religiosa que funcionasse como uma espécie de conselho. Fizemos também ações de articulação entre os próprios segmentos religiosos para a construção de uma agenda comum,

“Acreditamos que só é possível uma política pública de direitos humanos se houver a participação objetiva e integral da sociedade civil para que ela seja de acordo com as suas necessidades”

estimulamos as universidades a produzirem conhecimento na área e realizamos campanhas educativas. Em 2012, criamos o Centro de Promoção da Liberdade Religiosa & Direitos Humanos (Ceplir), que conta com atendimento de profissionais como advogados, psicólogos e assistentes sociais para atender vítimas de intolerância religiosa.

JD - Fale-nos sobre a participação da ADPERJ na formatação do Plano.

CN - Possuímos parceria com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e tam-

bém com Defensores ativistas por meio da ADPERJ, que indicou as Defensoras Glauce Franco e Patrícia Magno, que têm sido extremamente atuantes. Elas participaram de todo o processo e têm nos dado colaboração no âmbito jurídico, além de terem nos ajudado a observar as lacunas que porventura possam existir. Em 2013, tivemos durante oito meses reuniões do grupo de trabalho, que se dividiu em quatro eixos temáticos.

JD - Qual a importância do acesso à justiça pelas vítimas de discriminação em sentido amplo?

CN - Temos previsão de cooperação técnica para atendimento a LGBTs vítimas de violência, por exemplo. Os centros fazem o atendimento inicial e fazemos toda a comunicação para encaminhar para a Defensoria já com o caso resumido e os documentos. É importante o atendimento jurídico social porque a maioria das vítimas se vê sem nenhum tipo de assistência devido, em grande parte, à rejeição social e prefere não tornar pública a violência por medo. O atendimento à vítima é a garantia de fato de que podemos construir uma mudança na lógica de vitimização e no ciclo de impunidade. Futuramente pretendemos fazer uma campanha contra a intolerância religiosa para promover valores de respeito à diversidade religiosa.

JD - Quais as próximas etapas?

CN - Com o término da consulta pública, que teve por objetivo dar mais legitimidade ao Plano e fazer com que a sociedade se sentisse dona do que está sendo construído, a ideia é que ele vire um decreto estadual com determinação de diretrizes, políticas públicas, ações e estratégias. Depois vamos trabalhar os termos de cooperação técnica com as secretarias envolvidas para transformar o Plano em um conjunto de ações e metas. É um projeto de curto, médio e longo prazo, atravessando outras administrações e ficando como um legado para a sociedade. Após o decreto também queremos encaminhá-lo como projeto legislativo para a ALERJ. Acreditamos que só é possível uma política pública de direitos humanos se houver a participação objetiva e integral da sociedade civil para que ela seja de acordo com as suas necessidades. ●

Com a palavra, o Defensor

“A importância da Defensoria para crianças e adolescentes

O caso a seguir foi acompanhado pela Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA) e narrado pela colega Eufrásia Maria Souza das Virgens.

“Nascida em dezembro de 1992, Bruna* viveu em acolhimento institucional desde os três anos, com institucionalizações entre 2002 e 2010, e saída em 2011, ao completar a maioridade. Apesar de representação pelo MP contra a mãe por infração administrativa, o processo foi extinto sem que a genitora fosse localizada.

Em 2007, a adolescente teve o primeiro filho, encaminhado para adoção após Ação de Destituição do Poder Familiar proposta pelo MP. Em 2010, nasceu sua segunda filha, afastada ainda na maternidade, mas depois reintegrada à mãe biológica.

Já acompanhada pela CDEDICA, na audiência de reavaliação da medida de acolhimento institucional, foi requerida pela Defensoria Pública a inclusão da jovem em programa de moradia, considerando a inexistência de referência familiar e o histórico de institucionalização. Com a negativa do Município, em 2011, foi necessária Ação de Responsabilidade Civil com pedido de Antecipação de Tutela, deferida para determinar a inclusão em programa de aluguel social até ser contemplada em programa definitivo de moradia.

Em julho de 2013, Bruna deu à luz seu terceiro filho.

O longo histórico de institucionalização da jovem e a necessidade de medida judicial para efetivação do direito à moradia demonstram a necessidade da Defensoria Pública na defesa dos interesses de crianças e adolescentes, em especial aqueles em situação de vulnerabilidade. Isso evidencia a dupla crise vivida pelo ECA: de implementação, pela falta de políticas públicas com alegação de insuficiência orçamentária, e de interpretação, ao se considerar que a criança e o adolescente institucionalizados não precisariam de Defensor Público. Na prática vemos como isso não é verdade e como a assistência da Instituição devolveu à Bruna a dignidade como mãe e cidadã.” ●

**O sobrenome foi omitido para preservar a identidade da personagem.*



**Quer compartilhar
alguma história?**

Envie sua experiência em seu órgão de atuação para jornaldodefensor@adperj.com.br.

ADPERJ forma rede de colaboradores

Como prometido, a Associação organizou uma rede de colaboradores formada por Defensores da capital e do interior. O objetivo é interiorizar a atuação da ADPERJ, descentralizando a sua atuação. Para isso, os integrantes da rede atuarão como interlocutores para agrupar as demandas e repassá-las à Associação, dinamizando a comunicação com os Associados. A lista completa dos Defensores da rede de colaboradores pode ser consultada na página <www.adperj.com.br>. ●

Parceria com a AMPERJ

No dia 29 de janeiro, a Presidente da ADPERJ, Maria Carmen de Sá, reuniu-se com o Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (AMPERJ), Luciano Mattos. O encontro teve como objetivo estreitar os laços com a entidade e discutir a possibilidade de ações conjuntas entre as duas Associações, o que deve ocorrer em breve. ●

ALERJ inicia ano legislativo

Maria Carmen de Sá e a diretora de Assuntos Previdenciários da ADPERJ, Maria Júlia Miranda Balthar da Rocha, participaram no dia 4 de fevereiro da abertura do ano legislativo na ALERJ. Na ocasião, as representantes da ADPERJ reuniram-se com alguns deputados, a fim de estreitar os laços da Associação com a Casa Legislativa. ●

Defensoria Pública e tutela coletiva

Iniciando as comemorações pelos 60 anos da Defensoria Pública, a ADPERJ recebeu no dia 21 de fevereiro os professores Diogo Esteves, Fábio Schwartz, Felipe Borring Rocha e Franklyn Roger Alves Silva para o seminário Defensoria Pública e Tutela Coletiva. O encontro contou também com uma tarde de autógrafos com o lançamento dos livros *Princípios Institucionais da Defensoria Pública* (Diogo Esteves e Franklyn Roger Alves Silva), *Diário do Consumidor – Tópicos e Controvérsias* (Fábio Schwartz) e *Manual dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais* (Felipe Borring Rocha). ●

Programe-se

O XXV Encontro Estadual dos Defensores Públicos do Rio de Janeiro será realizado de 30 de abril a 4 de maio, durante o feriado do Dia do Trabalho, no Portobello Resort e Safári, em Mangaratiba. Mais informações em <www.adperj.com.br>. ●

Nova Diretoria quer aumentar atuação junto a parlamentares e se aproximar do Associado

Conselho eleito vai lutar também pela aprovação dos projetos de interesse da Categoria

Intensificar a busca pelo apoio de representantes dos poderes Executivo e Legislativo a projetos de interesse dos Defensores Públicos e ser um interlocutor dos Associados com a administração central. Esses são alguns dos principais objetivos da nova Diretoria da ADPERJ, eleita para o biênio 2014-2015. Durante a solenidade de posse, realizada no dia 17 de janeiro, na sede da Associação, a Presidente Maria Carmen de Sá afirmou ainda que a Instituição vai lutar por melhorias nas condições de trabalho e pela valorização dos Defensores Públicos.

em nome de nossa Instituição e desejamos, sinceramente que esse espírito de união se perpetue daqui para frente, para que encontremos novamente o caminho do crescimento institucional e aprimoramento dos nossos serviços”.

Maria Carmen de Sá destacou também algumas ações da gestão anterior, entre elas a recuperação da Frente Parlamentar em Defesa e Fortalecimento da Defensoria Pública e os esforços para tentar efetivar a autonomia financeira da Defensoria, por meio de mandato de segurança para que a Defensoria pudesse rodar sua própria folha de pagamento. “Nossa autonomia



Fotos: Thiago Farias

Alessandro Molon, Manoel de Brito Varela, Maria Carmen de Sá, Maria Leonor Fragoço Carreira e Nilton Manoel Honório

dicionais possuam pelo menos um Defensor Público –, o deputado federal Alessandro Molon ressaltou a importância dos Defensores para o país. “O Congresso Nacional tem enorme respeito pelos Defensores Públicos, que lutam por quem mais precisa de Justiça num país tão desigual. Defender e trabalhar por quem mais precisa é que faz a vida valer a pena. Não é esforço nenhum lutar pela causa dos Defensores no plano nacional, porque lutar pela Defensoria é algo fácil, leve e natural”.

Ao fazer um balanço de sua gestão, a Presidente anterior, Maria Leonor Fragoço Carreira, destacou a atuação da ADPERJ junto à ALERJ e a recuperação da situação financeira da Associação.

“Fizemos a reforma da nossa sede, que voltou a ficar cheia. Eu posso falar em nome da minha Diretoria que trazemos o sentimento de dever cumprido. Desejo sorte, sucesso e equilíbrio à nova Presidente”.

Também estiveram presentes à cerimônia de posse o primeiro Procurador-geral da Defensoria Pública, Técio Lins e Silva, o ex-Defensor Público-Geral José Raimundo Batista Moreira, o ex-presidente da ADPERJ e da ANADEP, André Luis Machado de Castro, os ex-presidentes da ADPERJ Sara Raquel Quimas e André de Felice.

A chapa *Levante! Unidos Pelo Defensor* foi eleita com 443 votos (71%), contra 177 (28%) da chapa *União e Força*. ●



Deputado federal Alessandro Molon destacou a importância da atuação dos Defensores Públicos para o Brasil

A cerimônia contou com a presença do deputado federal Alessandro Molon (PT); do Presidente da Associação Paulista de Defensores Públicos, Rafael Português, representando também a Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADEP); do Presidente da CAMARJ, Manoel de Brito Varela, do Presidente da COODPERJ, Nilton Manoel Honório, e da Presidente da ADPERJ no biênio 2012-2013, Maria Leonor Fragoço Carreira.

União

Durante a solenidade, Maria Carmen de Sá agradeceu o apoio de todos os colegas que compuseram a chapa *Levante! Unidos pelo Defensor* e afirmou que a eleição foi pontuada pela união de correntes de pensamento diferentes. “Foi muito bom poder reconhecer que ninguém tem o monopólio da verdade. Superamos divergências e mais que isso, cicatrizes,

é fruto da luta de todos nós, tendo a Assembleia Legislativa sido nossa parceira em todos os nossos pleitos. Não podemos nos conformar com o fato de que até agora a nossa autonomia não tenha se efetivado plenamente, apesar de assegurada por lei”, analisou.

A nova Presidente da Associação também comentou a falta de estrutura adequada enfrentada pelos Defensores Públicos para atender a população, como a implantação do processo eletrônico, que na prática acabou com a prerrogativa de intimação pessoal dos Defensores, sem oferta de internet com velocidade compatível para o envio das peças, e a falta de acessibilidade em alguns prédios da Defensoria Pública pelo estado.

Apoio

Um dos autores da PEC 247/2013 – que propõe que em até oito anos todas as unidades jurís-

Conheça a nova Diretoria

Maria Carmen de Sá – Presidente | Titular da 8ª Coordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDEDICA)

Denis de Oliveira Praça – 1º Vice-Presidente | Titular da 1ª DP do Núcleo do Sistema Penitenciário (NUSPEN)

Raul Portugal – 2º Vice-Presidente | Defensor Público Aposentado

Daniel Lozoya – 1º Secretário | Defensor Público Substituto

Rodrigo Câmara Ferraz – 2º Secretário | Defensor Público Substituto

Renata Bifano – 1ª Tesoureira | Titular da 17ª/39ª Varas Cíveis da Capital

Elaine Fernandez – 2ª Tesoureira | Defensora Pública Aposentada

Paloma Lamego – Diretora de Assuntos Institucionais | Titular do Núcleo Cível do Méier

Gabriela Varsano Cherém – Diretora Social | Titular da 3ª DP do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH)

Márcia Farias – Diretora de Eventos | Titular da 3ª DP Regional da Região 1

Cristian Barcelos – Diretor de Assuntos do Interior | Titular da 1ª Vara Cível de Nova Friburgo

Vívian Baptista Gonçalves – Diretora de Assuntos Legislativos | Titular da 9ª DP do Núcleo do Sistema Penitenciário (NUSPEN)

Maria Júlia Miranda B. da Rocha – Diretora de Assuntos Previdenciários | Titular da 16ª DP do Núcleo do Sistema Penitenciário (NUSPEN)